FORMAR INTERDISCIPLINAR

Revista Formar Interdisciplinar | Sobral, CE | v. 20, n. 1, p. 8-13, 2025

e-ISSN 2317-2649

ARTIGO DE REVISÃO

DOI 10.68714/z09ngd61

O legado do Holocausto Brasileiro:

padrões de internação e desumanização na saúde mental contemporânea

The legacy of the Brazilian Holocaust: standards of hospitalization and dehumanization in contemporary mental health

Nívea de Azevedo Araújo[1*], **Sebastião Sherly Lima Sousa**[1], **Marcossuel Gomes Acioles**[1]

HISTÓRICO

Recebido: 31 out. 2024
Aceito: 23 jan. 2025
Publicado: 29 maio 2025

EQUIPE EDITORIAL

Editores responsáveis: Mauro Michel El Khouri e Renata Cordeiro
Avaliação: revisão por pares duplo-cego

AFILIAÇÕES

[1] Centro Universitário INTA (UNINTA), Campus Itapipoca, Itapipoca, CE, Brasil.
[*] Autor correspondente: niveazrj@gmail.com

COMO CITAR

ARAÚJO, N. A.; SOUSA, S. S. L.; ACIOLES, M. G. O legado do Holocausto Brasileiro: padrões de internação e desumanização na saúde mental contemporânea. **Revista Formar Interdisciplinar**, Sobral, v. 20, n. 1, p. 8-13, 2025. DOI: https://doi.org/10.68714/z09ngd61.

RESUMO

Este estudo qualitativo analisa os efeitos históricos do Holocausto no Brasil nas práticas atuais de saúde mental, destacando as condições de internação em instituições psiquiátricas e a desumanização dos que foram internados. O estudo revisita a reforma psiquiátrica, que teve como objetivo desinstitucionalizar o cuidado e promover uma abordagem mais humanizada, demonstrando tanto avanços quanto retrocessos nas políticas de saúde mental. Por meio de uma revisão da literatura, o estudo revela a persistência de práticas opressivas e a necessidade de uma crítica às políticas contemporâneas. Para garantir um atendimento mais efetivo e inclusivo, o artigo sugere mudanças que respeitem a dignidade e os direitos dos usuários, ressaltando a importância do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Palavras-chave: Holocausto Brasileiro; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Desumanização; Luta Antimanicomial; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This qualitative study analyzes the historical effects of the Holocaust in Brazil on current mental health practices, highlighting the conditions of hospitalization in psychiatric institutions and the dehumanization of those who were institutionalized. The study revisits the psychiatric reform aimed at deinstitutionalizing care and promoting a more humanized approach, demonstrating both advances and setbacks in mental health policies. Through a literature review, the study reveals the persistence of oppressive practices and the need for a critique of contemporary policies. To ensure more effective and inclusive care, the article suggests changes that respect the dignity and rights of users, emphasizing the importance of strengthening the Psychosocial Care Network (RAPS) and the Psychosocial Care Centers (CAPS).

Keywords: Brazilian Holocaust; Mental Health; Psychiatric Reform; Dehumanization; Anti-Asylum Struggle; Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

A história da psiquiatria no Brasil é marcada por uma violação sistemática dos direitos humanos de milhares de pessoas internadas em instituições psiquiátricas, principalmente do Hospital Colônia de Barbacena. Esse evento passou a ser conhecido como o Holocausto Brasileiro. Neste contexto, onde a desumanização, o desrespeito aos direitos humanos e o abandono eram norma, cerca de 60 mil brasileiros perderam suas vidas entre 1930 e 1980 (ARBEX, 2013).

A compreensão das origens da intolerância e da exclusão social que até hoje se mostram presentes na sociedade contemporânea depende da análise desse período histórico. A narrativa de Daniela Arbex não apenas manifesta os horrores do passado, mas também é um alerta sobre as práticas atuais de internação e desumanização na saúde mental que ainda podem apresentar sinais de marginaliza-

Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). © 2025 Revista Formar Interdisciplinar, UNINTA.

ção e violência (ARBEX, 2013). Nesse cenário, uma transformação nas abordagens da saúde mental que priorize um cuidado humanizado pode ser possível por meio de intervenções que fomentem uma reflexão crítica sobre a dignidade humana e os direitos legais dos indivíduos.

O presente trabalho aborda como, apesar de tantos progressos, a cultura manicomial persiste e mantém práticas e estigmas que desumanizam aqueles que estão em sofrimento psíquico, a partir de uma análise nos modelos de cuidado. A abordagem deste tema é fundamental no curso de psicologia, auxiliando o discente no processo de desenvolvimento, aprendizagem e criticidade, preparando-os para a prática profissional futura.

Neste contexto, a pesquisa sobre modelos de atenção à saúde mental vem se tornando cada vez mais importante, principalmente diante da Reforma Psiquiátrica simbolizada pela implementação da Lei n° 10.216/2001 e da criação da Rede de Reabilitação Psicossocial (RAPS). O estudo examinará as diversas abordagens empregadas nas instituições, além de uma necessidade de melhoria no atendimento e na experiência dos clientes. A RAPS, conforme definido pela Portaria GM/MS Nº 336, de 2002, tem como objetivo descentralizar e promover uma rede de serviços que priorize a reinserção social e a humanização dos indivíduos portadores de transtornos psíquicos (VIEIRA; MORAES, 2019). Além disso, será examinada a importância da incorporação dos princípios do cuidado humanizado na formação dos profissionais que atuam na área, destacando a necessidade de uma prática que respeite a dignidade e os direitos humanos dos consulentes.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo investigar os efeitos das reformas nos modelos de assistência à saúde mental no Brasil, com foco na persistência de práticas manicomiais que ainda desumanizam os indivíduos afim de estimular uma reflexão crítica sobre ética e responsabilidade social, preparando futuros psicólogos para mudar práticas de saúde mental e proteger os direitos humanos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

VIEIRA e MORAES (2019) tratam da avaliação das mudanças ocorridas no contexto nacional após quase 25 anos de Reforma Psiquiátrica e os possíveis retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental. Vários avanços claros e significativos foram feitos pela reforma psiquiátrica, que visava desinstitucionalizar e promover um modelo de assistência mais humanizado. Entre eles, a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que descentralizaram o atendimento e priorizaram a reinserção social de indivíduos com transtornos psíquicos.

A análise crítica feita por SOUZA e MEDRADO (2021) referente as práticas de internação e desumanização que ainda afetam a saúde mental moderna revela uma estreita ligação com o legado do Holocausto brasileiro. As práticas de tratamento e as condições de vida dos internados em hospitais psiquiátricos, como o Hospital Colônia de Barbacena, revelam uma continuidade da violência e da opressão que se relacionam a um período de desumanização. Além disso, o artigo destaca como a necropolítica é evidente nas estatísticas de internação, que superam o dobro do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), indicando uma estratégia que coloca o controle à frente do cuidado. Essa situação levanta questões sobre se realmente houve avanço nas políticas de saúde mental, o que sugere que as estruturas de poder e controle ainda podem estar em vigor.

Tavares, Silveira e Tsallis (2023) levantam questões importantes sobre as práticas de internação psiquiátrica no Brasil, destacando a desumanização dos internados e a continuidade de práticas assistenciais enraizadas em opressões históricas, como o Holocausto brasileiro. Os autores examinam como as reformas da saúde mental, particularmente aquelas delineadas na Lei nº 10.216/2001, falharam em erradicar completamente a cultura manicomial que marginaliza pessoas com transtornos psicológicos.

Além disso, Tavares, Silveira e Tsallis (2023) também discutem a persistência de práticas que desvalorizam a vida e tratam seres humanos como objetos, refletindo uma lógica necropolítica. Assim, a pesquisa enfatiza a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas contemporâneas de saúde mental e a necessidade de mudanças que respeitem a dignidade e os direitos humanos de cada pessoa.

MAIA, FALCÃO e SILVA (2022) destacam o tratamento inadequado oferecido aos indivíduos com transtornos mentais, apontando que, na prática, muitos casos que poderiam ser tratados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) acabaram se agravando e necessitando de internação hospitalar. Essa condição é atribuída à fragilidade da rede de apoio psicossocial e à persistência de um modelo assistencialista que desumaniza os usuários, pois sem um tratamento contínuo e empático, os indivíduos acabam em situações de crise que poderiam ter sido evitadas, levando a internações que refletem a ineficiência de um sistema que ainda opera com práticas asilares.

No ambiente hospitalar vivenciado por MAIA, FALCÃO e SILVA (2022) é observado que muitos usuários buscam, principalmente, muitos usuários querem ser ouvidos independentemente do conteúdo de suas falas e da gravidade de seus diagnósticos, e a falta dessa validação aumenta a sensação de abandono. Os comportamentos agressivos dos pacientes, que decorrem da frustração e do desamparo, indicam a necessidade de um suporte mais eficaz.

Essa dinâmica repetitiva compromete a qualidade de vida dos pacientes e sobrecarrega os serviços de saúde, resultando em um ciclo vicioso de hospitalização e agravamento que pode ser evitado com uma abordagem mais integrada e um forte sistema de apoio. Portanto, a ausência de uma abordagem centrada no paciente e de uma escuta

ativa são fatores críticos que contribuem para o agravamento das condições de saúde mental (Maia, Falcão e Silva, 2022).

O ambiente de internação também se faz problemático, pois inclui rotinas que dificultam a recuperação e podem deixar os seres-humanos agitados e desesperançosos, perpetuando práticas desumanizadoras que deveriam ter sido abolidas. Portanto, essas questões destacam a necessidade de uma mudança de paradigma com foco no resgate da dignidade humana (MAIA, FALCÃO e SILVA, 2022).

Em decorrência do resultado das deficiências nas políticas públicas, o artigo destaca a desconexão da rede em serviços na saúde mental. Essa desarticulação contribui para a marginalização e o abandono, levando à sua contínua desumanização. A ausência de uma rede de apoio adequada é um fator crítico que dificulta a implementação de um modelo de atenção que respeite a autonomia e o engajamento cívico de indivíduos com sofrimento psíquico, evidenciando a necessidade urgente de mudanças estruturais na saúde mental (Ramos, Guimarães e Enders, 2011).

Ainda há preocupações sobre o potencial de uma maior expansão das leis em hospitais psiquiátricos, o que poderia reverter os ganhos alcançados e restabelecer práticas desumanizadoras. A tensão entre avanços e riscos de retrocesso evidencia a necessidade de vigilância contínua e de um compromisso renovado com os princípios da reforma, a fim de garantir que todos os usuários recebam tratamento adequado e digno, evitando o retorno da lógica manicomial ao cenário da saúde mental no Brasil (VIEIRA e MORAES, 2019).

Segundo Sander (2010), a luta pela reforma psicológica não pode ser considerada encerrada porque ainda há muitas questões que precisam ser abordadas no estado atual da saúde mental. Além disso, é destacada a importância de desenvolver novas ferramentas conceituais e práticas que possam auxiliar no desenvolvimento de um sistema de saúde mental mais inclusivo e eficaz que vá além das limitações do paradigma manicomial.

3 METODOLOGIA

O presente artigo é de cunho qualitativo, em que foi escolhido como método de coleta de dados a revisão narrativa da literatura. Esse delineamento de estudo visa realizar estudos amplos, no âmbito macro, sem potenciais especificidades metodológicas, “apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (Rother, 2007, p.1).

Ademais, o desenho metodológico proposto não exige delineamento sistemático e explícito para a busca e análise dos manuscritos. Adicionalmente, as fontes de dados podem ou não ser pré-determinadas, de modo a ficar a critério do pesquisador pormenorizar as bases de dados e/ou bibliotecas consultadas e os descritores selecionados. Essa decisão metodológica parte do princípio de que a revisão narrativa tem premissa de analisar e refletir o estado da arte por meio de uma síntese das produções científicas sobre a temática escolhida (Grant; Booth, 2009).

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2024, realizou-se uma revisão na seguintes bibliotecas e/ou bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em que se levou em consideração produções científicas publicadas de 2010 a 2024. Para operacionalizar as buscas, utilizaram-se os seguintes descritores previamente selecionados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Holocausto Brasileiro”, “Reforma Psiquiátrica”, “Manicômios”, “Luta Antimanicomial” e “Internação.

Os critérios de inclusão utilizados foram: a) trabalhos em português do Brasil, b) manuscritos que abordassem sobre os modelos de internação e desumanização na saúde atual como resquícios do Holocausto Brasileiro, c) estudos originais, d) estudos disponíveis na íntegra para leitura completa. Em contrapartida, excluíram-se: a) trabalhos escritos em outro idioma, b) pre-prints, c) estudos repetidos ou duplicados. A escolha de artigos publicados eminentemente em português do Brasil, justifica-se à medida que, a pesquisa busca refletir os modelos de cuidado em saúde mental no Brasil, após a implementação da Lei n° 10.216/2001.

Essa decisão culminou, numa primeira busca, 10 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seis artigos foram elegíveis para análise final. Portanto, a busca permitiu a identificação de seis artigos que se adequaram aos critérios estabelecidos. A revisão também incluiu a obra “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, que oferece uma visão detalhada das condições existentes nos hospitais psiquiátricos brasileiros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Artigos Selecionados

N°	Título	Autores e ano de publicação	Periódico	Objetivo	Palavras-chave
1	A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a Reforma Psiquiátrica e os desafios contemporâneos	SANDER, Jardel (2010).	SciELO	Discutir as influências das ideias de Michel Foucault na reforma psiquiátrica brasileira e na saúde mental contemporânea.	Michel Foucault; reforma psiquiátrica; saúde mental; desinstitucionalização; poder médico;

N°	Título	Autores e ano de publicação	Periódico	Objetivo	Palavras-chave
2	Análise contextual de reinternações frequentes de portador de transtorno mental	RAMOS, D.K.R.; GUIMARÃES, J.; ENDERS, B.C. (2011).	Capes Periódicos	Analisar o fenômeno das reinternações frequentes de indivíduos com sofrimento psíquico nos níveis contextuais imediato, específico, geral e metacontextual.	Transtorno mental; Reinternação psiquiátrica; Desinstitucionalização; Porta giratória;
3	Atuação de residentes em saúde mental em um hospital psiquiátrico: relato de experiência	MAIA, Raquel Tavares; FALCÃO, Elaine de Sousa; SILVA, Luana Kelly Freitas (2022).	Capes Periódicos	Descrever as ações desenvolvidas por residentes em saúde mental durante a atuação em um hospital psiquiátrico de referência.	Hospitais Psiquiátricos, Pacientes, Saúde Mental;
4	Saúde Mental na Atualidade: A Possível Retomada dos Manicômios	Vieira, Carolina de Souza; Moraes, Mônica Cândida Lugão (2019).	Capes Periódicos	Analisar o contexto histórico e contemporâneo da saúde mental no Brasil, discutindo os avanços e retrocessos da Reforma Psiquiátrica e as implicações das políticas de saúde mental na reintegração social dos indivíduos em sofrimento psíquico.	Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Comunidades Terapêuticas; Desinstitucionalização; Políticas de Saúde;
5	Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'	Rodrigo Matos-de-Souza, Ana Carolina Cerqueira Medrado (2021).	Capes Periódicos	Abordar a obra de Arbex à luz do debate pós-colonial e biopolítico, questionando o tratamento da loucura nos manicômios e a desumanização no contexto colonial brasileiro, além de conjecturar sobre a retomada do discurso manicomialista nas políticas públicas brasileiras.	Colonialismo; Hospital psiquiátrico; Saúde mental;
6	Hospício é cemitério	TAVARES, Arthur Daibert Machado; SILVEIRA, Marília; TSALLIS, Alexandra Cleopatre (2023).	SciELO	Analisar os impactos das reformas nos modelos de cuidado em saúde mental no Brasil, investigar a persistência dos modelos manicomiais na saúde pública e relacionar teoria e prática por meio de vivências reais, enriquecendo a formação dos estudantes de psicologia.	Hospitais Psiquiátricos; Saúde Mental; Luta Antimanicomial; Direitos Humanos; Necropolítica;

Fonte: Dados elaborados pelos autores (2024)

As descobertas mostraram que a desinstitucionalização e a promoção de cuidados humanizados em saúde mental são reconhecidas como estratégias eficazes para melhorar a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais e outros tipos de sofrimento psíquico. Destaca-se, entre os artigos analisados, a relevância de discutir os efeitos positivos da desinstitucionalização na saúde mental, com foco na promoção da inclusão social, na redução da reinserção psiquiátrica e na melhoria do bem-estar psicológico dos consulentes (Ramos, Guimarães e Enders 2011).

Mesmo com os avanços promovidos pela Luta Antimanicomial, ainda há obstáculos significativos a serem superados. Por exemplo, segundo Maia, Falcão e Silva (2022), muitos hospitais psiquiátricos operam com práticas que refletem o modelo manicomial, mesmo diante de políticas voltadas à desinstitucionalização e à promoção de um cuidado mais humanizado. Segundo os autores, a resistência de alguns profissionais de saúde e a formação inadequada impossibilitam a prestação de um cuidado mais integral e respeitoso, refletindo o desconforto que alguns profissionais sentem quando estão em um ambiente hospitalar.

Souza e Medrado (2021), também destacam essa resistência à abordagem humanizada do cuidado que vinculam práticas manicomiais a legados coloniais. Os autores demonstram como a abordagem hospitalocêntrica desumanizou pessoas e subjetividades, sustentando a exclusão social e a desigualdade. Relembrando a realidade do Hospital Colônia de Barbacena, onde prática, segregação e abandono levaram a tragédias humanitárias, Souza e Medrado (2021), afirmam que para entender as barreiras culturais e políticas que dificultam a atual desinstitucionalização, é crucial reconhecer esse passado. Isso reforça o fato de que a exclusão social continuará a ser aceita nos sistemas de saúde mental se não houverem mudanças estruturais ou éticas significativas.

Sander (2010), discute a desinstitucionalização e o avanço da assistência humanizada à saúde mental, enfatizando o impacto das teorias de Michel Foucault sobre poder e exclusão. Foucault critica o paradigma manicomial, que sustenta a desumanização e a exclusão de pessoas com transtornos mentais, e suas teorias são essenciais para compreender a necessidade de inclusão social e redução da reinserção psicológica. A desinstitucionalização é visto como uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade de vida, mas também enfrenta desafios, como a resistência profissional e a fragilidade do sistema de apoio psicossocial, que refletem as estruturas de poder ainda existentes nas instituições de saúde mental.

A fragilidade do sistema de apoio psiquiátrico-social é intensificada pela falta de políticas públicas efetivas que garantam o acesso a serviços de saúde mental de qualidade. Muitas vezes, iniciativas como programas de acolhimento e escuta ativa, que visam identificar precocemente as necessidades dos pacientes, e a implementação de grupos terapêuticos que promovem a troca de experiências e

a construção de redes de apoio são pontuadas, mas não conseguem atingir toda a população que precisa de apoio, o que leva a um ciclo vicioso no qual o tratamento inadequado agrava os quadros clínicos, aumentando a necessidade de atendimento em pronto-socorro e serviços. Portanto, essa fragilidade compreende mais do que apenas questões estruturais, envolve também fatores culturais, educacionais e políticos que devem ser abordados de forma abrangente (Maia, Falcão e Silva, 2022).

Tavares, Silveira e Tsallis (2023) destacam um fator essencial para a compreensão dos desafios na implementação de um cuidado humanizado: a intersecção de marcadores sociais como gênero, raça e classe que sustentam as desigualdades dentro das instituições psiquiátricas. Ao discutir experiências de internação, os autores observam que mulheres negras experiências, pessoas de baixa renda e outros grupos marginalizados são desproporcionalmente submetidos ao abandono e à cronificação nesses espaços.

A manutenção do modelo manicomial, como já examinado, não é apenas uma questão estrutural, mas também reflexo de preconceitos da sociedade brasileira diante dessa realidade. Este componente amplia a conversa ao mostrar que a superação do paradigma hospitalocêntrico necessita de um foco mais abrangente nas disparidades sociais, bem como mudanças no treinamento dos profissionais de saúde e na alocação de recursos (Tavares, Silveira e Tsallis, 2023).

VIEIRA e MORAES (2019) ainda criticam as novas políticas de saúde mental que podem levar a retrocessos significativos no campo da psicologia. A proposta de aumento de leitos em hospitais psiquiátricos, o que está de acordo com a Portaria GM/MS nº 3.588/2017, contraria os princípios da desinstitucionalização e da assistência psiquiátrica-social humanizada, promovendo o retorno ao modelo manicomial que desconsidera a dignidade dos usuários. Essa mudança de direção não só compromete a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mas também desconsidera os avanços que foram laboriosamente conquistados por meio dos esforços de vários movimentos sociais.

Essa crítica é apoiada pela análise de Souza e Medrado (2021), que examina os efeitos das políticas antirreformistas na continuidade de práticas violadoras de direitos humanos. O artigo alerta que o retorno da biomedicina centralizada em práticas biomédicas práticas, como internações involuntárias e eletroconvulsoterapia, indica o enfraquecimento na RAPS e uma tendência preocupante de retorno ao paradigma asilar, desconsiderando as conquistas históricas da Luta Antimanicomial no Brasil.

Além disso, a falta de produção científica nesse âmbito enfatiza a exigência de investir em pesquisas que ampliem o conhecimento sobre os impactos da educação não violenta do desenvolvimento educacional infantil. A ausência de dados fundamentados em pesquisas profundas pode restringir a compreensão dos valores dessa abordagem e a aplicação de táticas eficientes em instituições educacionais. Fomentar a pesquisa nessa direção é crucial para impulsionar uma melhoria significativa nas Políticas Públicas em saúde mental no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, foi possível analisar os efeitos das reformas nos modelos de assistência à saúde mental no Brasil, particularmente no contexto da desinstitucionalização e da promoção da assistência humanizada, sendo enfatizada a relevância de uma abordagem mais empática na saúde mental, baseada em conceitos como dignidade, empatia e reinserção social especialmente no contexto pós-Reforma Psiquiátrica no Brasil foi enfatizada para prevenir a insensibilização e promover interações respeitosas entre profissionais de saúde e consulentes.

O principal potencial do estudo foi contribuir para a discussão crítica sobre a persistência de práticas manicomiais e a necessidade de mudanças estruturais que coloquem os direitos humanos e a inclusão social em primeiro lugar. Entretanto, a falta de estudos recentes e específicos sobre seus efeitos no sistema de saúde mental brasileiro foi uma limitação identificada, ressaltando a necessidade urgente de mais pesquisas para entender melhor as vantagens e os desafios dessa implementação.

Sugere-se que futuras fases de pesquisa incluam a realização de estudos longitudinais que examinem os efeitos de abordagens humanizadas ao cuidado da saúde mental, examinando não apenas os efeitos na qualidade de vida e na reinserção social, mas também na formação profissional e na eliminação de estigmas relacionados ao sofrimento psíquico.

A concretização do estudo possibilitou o enriquecimento dos conhecimentos sobre a prática de intervenção psicossocial, o que nos fez reconhecer que essa definição de atendimento não apenas se limita ao atendimento psicoterápico, mas, aborda questões informativas junto de um trabalho interdisciplinar. Logo, reconhece-se que apenas com um comprometimento conjunto de profissionais de saúde, familiares e a comunidade é essencial para gerar efeitos positivos na vida desses indivíduos. Reafirma-se, então, que o compromisso dos profissionais de saúde, familiares e comunidade é fundamental para produzir efeitos positivos na vida destes indivíduos.

Espera-se que este estudo sirva como fundamento para investigações futuras que expandem o debate sobre um novo modelo de cuidado na saúde mental brasileira, contribuindo para o avanço de serviços mais inclusivos, respeitosos e orientados para o desenvolvimento integral daqueles que precisam deste apoio.

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores: Todos os autores participaram da concepção do estudo, da análise bibliográfica e da redação do manuscrito, revisaram e aprovaram a versão final.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento específico.

Disponibilidade de dados: Não se aplica. A pesquisa é bibliográfica, e todas as fontes consultadas estão indicadas nas referências.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013;

MAIA, Raquel Tavares; FALCÃO, Elaine de Sousa; SILVA, Luana Kelly Freitas da. Atuação de residentes em saúde mental em um hospital psiquiátrico: relato de experiência. 2022;

RAMOS, D.K.R.; GUIMARÃES, J.; ENDERS, B.C. Análise contextual de reinternações frequentes de portador de transtorno mental. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, n. 37, p. 519-527, abr./jun. 2011;

SANDER, Jardel. A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 2, p. 382-387, 2010.

SOUZA, Rodrigo Matos-de; MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira. Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 164-177, jan.-mar. 2021;

TAVARES, Arthur Daibert Machado; SILVEIRA, Marília; TSALLIS, Alexandra Cleopatre. HOSPÍCIO É CEMITÉRIO. Psicologia & Sociedade, v. 36, e264526, 2023;

VIEIRA, Carolina de Souza; MORAES, Mônica Candida Lugão. Saúde Mental na Atualidade: A Possível Retomada dos Manicômios. Revista Valore, Volta Redonda, v. 4, n. Edição Especial, p. 39-52, 2019.